



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

MARIA DAS GRAÇAS SILVA

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Catolé do Rocha – PB
2014

MARIA DAS GRAÇAS SILVA

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Francineide Pereira Silva

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Maria das Graças.
Processo de alfabetização em discussão [manuscrito] : / Maria das Graças Silva. - 2014.
32 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Francineide Pereira Silva, Secretaria de Educação à Distância".

1. Infância. 2. Alfabetização. 3. Leitura. 4. Escrita. 5. Escola. I. Título.

21. ed. CDD 379.24

MARIA DAS GRAÇAS SILVA

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da avaliação 25 / 07 / 2014

Banca Examinadora:

Francineide Pereira Silva

Examinador (a): Prof(a): Ma. Francineide Pereira Silva
UEPB/CAMPUS IV

Ariane Genício

Prof.
Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e demais familiares, pela compreensão por minha ausência nos finais de semanas.

Aos professores do Curso da UEPB, que contribuíram ao longo destes meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Aos alunos da minha querida Cidade de Mato.

RESUMO

Este artigo enfoca o processo de alfabetização já tão familiar em nossa sociedade, em contraste com o processo de letramento que é um tema recente em relação ao novo sentido que ganhou nos meios acadêmicos. Letrar é mais que alfabetizar. Portanto o objetivo do trabalho é analisar como se desenvolve o processo de alfabetização na escola, reconhecendo a criança como um ser informação, daí a aprendizagem da leitura e da escrita deve ocorrer de forma reflexiva, relacionando com a realidade, pois a palavra isolada não tem sentido, ou seja, o processo de alfabetização deve ocorrer de forma contextualizada, considerando a leitura prévia que o aluno tem do mundo que o cerca. Nesse processo o educador desempenha papel relevante como estimulador da leitura e interpretação do texto lido. No mundo áudio visual a criança recebe muitas motivações que a distancia do livro. Dai surge a importância de usar material não didático no processo de alfabetização. Quanto a família tem um papel importante para incentivar a leitura e a escrita. Professores alfabetizadores devem está em constante atualização, apresentando novos métodos para que a criança adquira o gosto pela leitura.

Palavras chave: Infância. Alfabetização. Leitura. Escrita. Escola.

ABSTRACT

This article focuses on the process of literacy now familiar in our society, in contrast to the process of literacy which is a recent topic about the new direction that gained in academia. Letrar is more than literacy. Therefore the objective of this study is to analyze how the process develops literacy in school, recognizing the child as an information, hence the learning of reading and writing should be occur reflexively, relating to reality, because the word alone does not have sense, ie, the literacy process must occur in context, considering the previous reading that the student has the world around you. In this process the teacher plays an important role as a stimulator of reading and interpretation of the text read. In the audio visual world the child receives many motivations that the distance of the book. Hence arises the importance of using non courseware in the literacy process. As the family has an important role to encourage reading and writing. Literacy teachers must is constantly updated, with new methods for the child to acquire a taste for reading.

Keywords: Childhood. Literacy. Reading. Writing. School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – REFLEXÕES TEÓRICO / PRÁTICA ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	9
1.1 Gestão Escolar na Escola Pública.....	9
1.2 A escola e o aluno do ensino infantil	12
1.3 A escola e o aluno do ensino fundamental	14
CAPÍTULO II – UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	18
2.1 O papel do educador no processo de Alfabetização.....	18
2.2 A importância do ato de ler no desenvolvimento da criança	19
2.3 A criança e o processo de alfabetização	20
2.4. A alfabetização numa visão construtivista	21
CAPÍTULO III - ALFABETIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE APRENDIZAGEM	23
3.1 Processo de Alfabetização	23
3.2 O papel do professor no Processo de Alfabetização	24
3.3 Letramento	26
3.4 Métodos de alfabetização na Escola Municipal “Maria Isabel Araújo”	28
Considerações finais.....	29
Referências	30

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz uma análise sobre o processo de alfabetização na infância, pois é nessa idade que os alunos estão mais propícios a aprender, a desenvolver a leitura. Alfabetizar não é apenas ensinar a ler e a escrever, é bem mais que isso, é preparar o aluno para compreender, interpretar o que lê na sua vida cotidiana. O aluno bem alfabetizado passa a gostar de ler desde o início de sua vida estudantil, pois a partir do momento que são alfabetizados, é interessante que desperte o gosto pela leitura, adquirindo assim o hábito de ler.

É perceptivo que a proposta de trabalho com a alfabetização vem se desenvolvendo e se transformando, principalmente a partir das publicações de pesquisas de Emília Ferreiro. Porém, ao mesmo tempo, percebe-se que ainda há muito a se transformar em termos de uma proposta de trabalho na alfabetização.

Entrar no universo da leitura e escrita constitui um novo momento mágico, no qual a criança estará frente a frente com sonhos, fantasias e imaginação, para ler as mais diferentes histórias, bem como cria-las, tornando-se um leitor e, ao mesmo tempo, um escritor.

A aprendizagem de ler se constitui num processo único, que será vivenciado por cada aluno, de forma particular, assim, professores alfabetizadores precisam estar sempre inovando, antenados, fazendo uso dos diferentes níveis de leitura e escrita dos seus alunos, para propiciar momentos de construção ao mundo da leitura.

O processo de alfabetização pode ser trabalhado de forma plena, alcançando-se não apenas a questão da decodificação de sons e letras, mas atingindo-se a questão da escrita em sua forma mais ampla e relacionada ao seu uso social. Para entrar no universo da leitura e escrita, a criança precisa constituir um momento mágico, de sonhos, fantasias e imaginação para que possa ler, viver as mais diferentes histórias, bem como cria-las, tornando-se um leitor e, ao mesmo tempo, um escritor, ou até mesmo um personagem, que a levem para a transformação de um alfabetizado leitor.

Diante da complexidade do trabalho com a alfabetização, percebe-se que existe, uma real necessidade de se analisar a prática do professor, para que se garanta um processo de aprendizagem e troca de experiências. Percebe-se a importância fundamental de uma aprendizagem pelo processo de alfabetizar na educação infantil, destacando a leitura e o processo de alfabetização significativa.

É função de o educador tomar suas aulas motivadas, despertando no aluno o gosto pela alfabetização, pela leitura e conseqüentemente pela escrita, fazendo com que ele se interesse e acompanhe a interpretação, evoluindo-se de forma prazerosa e eficiente, passando a ter autonomia em agir, inventar, descobrir e ter criatividade.

O presente artigo tem por finalidade analisar a importância do processo de alfabetização na educação infantil, possibilitando a criança vivenciar desde o início o gosto pela leitura e escrita, visando à formação como leitor-cidadão.

Levando em consideração a amplitude do tema, o presente artigo buscará na revisão literária o embasamento teórico necessário para se discutir as questões referentes à alfabetização, bem como sua articulação com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O trabalho explanação sobre o processo de alfabetizar na educação infantil, e a importância do ato de ler no desenvolvimento da criança.

CAPÍTULO I – REFLEXÕES TEÓRICO / PRÁTICA ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Podemos considerar que o Estágio Supervisionado é um momento de estudos práticos para o ensino\aprendizagem e experiência docente, pois envolve supervisão, revisão, correção e planos cuidadosos. Dessa forma a seguir será descrito minha experiência nos três momentos do estágio.

1.1 Gestão Escolar na Escola Pública

Realizei o meu estágio de Gestão Escolar na Escola Municipal “Laurentino José da Silva” localizado no sítio Logradouro I – Mato Grosso, uma escola multiseriada e os professores fazem um trabalho polivalente; isto é, o professor assumi todas as disciplinas. A escola é composta por 22 alunos do 1º ao 5º ano, onde as duas professoras que são pedagogas, praticam uma metodologia interdisciplinar, de forma a atender as necessidades de todos os alunos. Os funcionários são os seguintes: 1 vigilante e 2 auxiliares de serviço que são parte integrante da vida escolar, pois participam das reuniões de pais e mestres e compartilham os problemas da escola.

As crianças são preparadas para a vida na própria comunidade, ou seja, para torna-se um cidadão crítico e consciente dos problemas de sua comunidade. A escola multiseriada procura adequar o domínio dos conhecimentos sistematizados e saberes da terra. Em conversa informal com o gestor escolar e com os professores, fui informada que a escola tem os recursos suficientes para funcionar bem. Sendo beneficiada pelos programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNBE (Programa Nacional da Biblioteca da Escola).

A escola possui uma estrutura física razoável, tendo como dependências: duas salas de aula, uma cozinha, dois banheiros sendo um masculino, e outro feminino. Em referência à matéria de apoio dispõe de: carteiras, quadro de giz, quadro branco, material de cantina. Possui os seguintes recursos didáticos: uma televisão, um DVD, um notebook, um mimeógrafo, um esqueleto, um globo terrestre, material dourado, revistas, lupa, domínio e damas, jogos educativos, livros paradidático revistas. Todo este material é usado constantemente com estratégias

diversificadas, tornando as aulas mais atraentes e prazerosas, fazendo com que o educando construa seus conceitos, através do seu próprio conhecimento.

Fiquei encantada diante da forma como o diretor se porta, sendo parceiro-pedagógico do professor, auxiliando até no ensino, instruindo os alunos na realização das tarefas. É um exemplo de gestor amigo e competente.

Nas escolas da Zona rural, os gestores agem como líderes pedagógicos, apoiando e estabelecendo prioridades, avaliando os programas pedagógicos, organizando e participando dos programas de desenvolvimento de funcionários e também enfatizando a importância de resultados alcançados pelos alunos.

Portanto, agem como líderes em relações humanas, enfatizando a criação e a manutenção de um clima escolar positivo e a solução de conflitos, o que inclui promover o consenso quanto aos objetivos e métodos, mantendo uma disciplina eficaz na escola. Deve-se ter em conta que a motivação, o ânimo e a satisfação não são responsabilidades exclusivas da direção. Os professores e os gestores trabalham juntos para melhorarem a qualidade do ambiente escolar, criando as condições necessárias para o ensino e a aprendizagem mais eficaz, identificando e modificando os aspectos do processo do trabalho, considerados adversários da qualidade do desempenho.

A prática de liderança em escolas do campo inclui: apoiar o estabelecimento com objetivos claros, propiciar a visão do que é uma boa escola e encorajar os professores, de modo a auxiliá-los nas descobertas dos recursos necessários para que realizem adequadamente um trabalho ligado a sua comunidade rural.

Assim o diretor em análise mantém essa postura determinada para uma melhor educação do campo e no campo.

Segundo Vieira (2003), diante do novo perfil do gestor, as demandas por transformação e quebras de paradigmas devem continuar intensas, passando a ser a tônica de uma sociedade em constante evolução.

O papel principal do gestor é saber acompanhar as mudanças e tentar ampliar a capacidade de realização da organização escolar, levando-a a atingir seu potencial pleno e a tornar-se uma instituição que traga orgulho profissional a seus integrantes. Segundo Lück (1990), o gestor escolar tem como função precípua coordenar e orientar todos os esforços no sentido de que a escola, como um todo, produza os melhores resultados possíveis, no sentido de atendimento às necessidades dos educandos e a promoção do seu desenvolvimento.

A vivência de uma metodologia participativa em que as relações solidárias de convivência pontificam, provocam, mesmo que lentamente, a concretização de uma nova ordem social, iniciando pela parcela menor, que é a escola. Faz-se necessário propiciar à comunidade escolar a vivência de uma nova dimensão da vida social, na qual não participe só da execução, mas também da discussão dos rumos da instituição escolar. Em outras palavras, sendo presença ativa e criativa no ambiente escolar.

O clima relacional de uma escola rural provém, basicamente, dos educadores que nela atuam. São eles que determinam as relações internas, através do acolhimento, da aceitação, da empatia, da real comunicação, do diálogo, do ouvir e do escutar, do partilhar interesses, preocupações e esperanças.

Para desencadear uma ação educativa participativa, o grupo abre-se ao diálogo, a comunicação, entra em "contato" com a outra pessoa, só o conseguindo no diálogo, na empatia. O homem ser de relações, tem na convivência e no relacionamento elementos para seu crescimento pessoal. (DALMÁS, 1994, p.40).

A gestão participativa na pequena comunidade preocupa-se em promover um clima de amor, de fraternidade e de diálogo, que alimente o convívio, não só entre os professores, mas destes com seus alunos, procurando estabelecer comunhão e compromisso. Propicie integração e coesão, isto é, a vivência da comunhão entre o grupo de educadores, podendo assim estabelecer atividades integradas, tais como: partilhas, debates, reflexões sobre textos específicos, confraternizações, amigo secreto, manhãs ou tardes de formação, atividades coletivas, sempre com vistas a criar e a desenvolver um clima integrador e dialógico.

O processo participativo visa envolver todas as pessoas da instituição escolar na busca comum e na responsabilidade pelo todo da instituição. A ação grupal reflete constantemente uma metodologia participativa, em que todos têm condições de se envolver ativamente no trabalho, com reflexos nos resultados alcançados pelo grupo. (DALMÁS, 1994, p.58).

Sabe-se que o grupo de professores pode transformar ou manter a dinâmica de uma instituição. A força transformadora de uma escola está em seu corpo docente e isto tudo dependerá do rumo e do auxílio do gestor.

1.2 A escola e o aluno do ensino infantil

Desde 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a educação infantil passou a integrar a Educação Básica, juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a LDB em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com a Lei, a educação infantil deve ser oferecida em creches para as crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas para as crianças de 4 e 5 anos. Porém ela não é obrigatória. Dessa forma, a implantação de Centros de Educação Infantil é facultativa, e de responsabilidade dos municípios. O nosso Campo de estágio para o Ensino Infantil foi a Escola Municipal “Maria Isabel Araújo” – uma escola multiseriada localizada no sítio Logradouro-II, do município de Mato Grosso-PB. A escola é composta por alunos do 1º ao 5º ano, onde as duas professoras que são pedagogas, praticam uma metodologia interdisciplinar, de forma a atender as necessidades de todos os alunos. Conta com os seguintes funcionários: 1 vigilantes e 2 auxiliares de serviço que são parte integrante da vida escolar, pois participam das reuniões de pais e mestre e compartilham os problemas da escola.

Durante a minha observação constatei que a escola tem os recursos suficientes para funcionar bem. Sendo beneficiada pelos programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNBE (Programa Nacional da Biblioteca da Escola).

A escola possui a seguinte estrutura física: uma sala de aula, uma cozinha, dois banheiro sendo um masculino, e outro feminino. Quanto ao material de apoio suficiente; como carteiras, quadro de giz, quadro branco, material de cantina. Dispõe dos seguintes recursos didáticos: uma televisão, um DVD, um notebook, um mimeógrafo, um esqueleto, um globo terrestre, material dourado, revistas, lupa, domínio e damas, jogos educativos, livros paradidáticos revistas Como se pode ver, a educação infantil é um direito assegurado por lei.

Falar sobre o tempo e o espaço na escola de Educação Infantil é falar sobre as sua organização em si, sua essência, e seu diferencial com relação às outras. Sendo assim, a organização do tempo e do espaço é de grande importância na Educação Infantil, como revela Amorim (2008, p. 6):

Organizar o cotidiano das crianças na Escola Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de tudo, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. (AMORIM, 2008, p.6)

Assim, fica claro o quanto essa organização é influenciada diretamente pela visão que se tem das crianças, bem como do trabalho que se pretende com elas. Contudo, para que o professor planeje suas atividades de acordo com as necessidades e, em detrimento disso, estabeleça sua organização de tempo e espaço, é necessário que antes; Na Escola Municipal Maria Isabel de Araújo, apesar de ser uma escola multiseriada da zona rural mantém certa organização o que facilita o trabalho com as crianças da educação infantil.

[...] o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaço preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-tempo tenha significado. (AMORIM, 2008, p. 6).

Com relação à organização do espaço, esta diz respeito não somente à forma como estão dispostas as mesas, cadeiras, painéis, materiais, como o nome pressupõe, mas também a uma organização de uso desse espaço, que pode ser separado em cantinhos, ter suas regras, a maneira de utilizá-los e a forma como as ações se desenvolvem dentro desse espaço.

Segundo PCN's Educação Infantil, ao se considerar as crianças ativas na construção de conhecimentos e não meras receptoras passivas de informações há uma transformação substancial na forma de compreender como elas aprendem a falar, a ler e a escrever, pude observar isto durante o meu estágio de educação infantil, a forma como a criança se apropria dos conhecimentos.

A linguagem oral possibilita comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais.

Seu aprendizado acontece dentro de um contexto. As palavras só têm sentido em enunciados e textos que significam e são significados por situações.

Investigando o desenvolvimento cognitivo referente à aquisição da leitura e da escrita, Ferreiro constatou que as crianças vão formulando, com intrigante regularidade, suas próprias hipóteses sobre a natureza do sistema da escrita no mundo que as cerca.

Quando a criança atinge a hipótese alfabética o segmento fônico representado pelas letras e o fonema, acontece a alfabetização com sucesso. Antes de compreender qual é o modelo de sistema de representação da linguagem que a nossa escrita implementa.

As descobertas de Ferreiro afetaram, de maneira muito fundamental, toda a noção de prontidão e de pré-requisitos transferindo a ênfase dos aspectos relacionados à habilidades motoras para o aspecto relacionados à construção da compreensão do sistema de representação.

Então, se considerarmos a alfabetização como um objeto socialmente elaborado, devemos proporcionar as crianças contato com a riqueza e complexidade do mundo da língua escrita, isto é, mergulhá-las em todos os elementos que fazem parte da alfabetização, ou seja, letras, palavras, textos etc

1.3 A escola e o aluno do ensino fundamental

Na escola que realizei meu estágio do ensino fundamental, há um bom relacionamento entre crianças de todas as series, pois, trata-se de uma escola em que todas as series funcionam em uma única sala; sabiamente a professora trabalha relações humanas e o respeito mutuo entre as crianças. Sempre os estudos de texto tem um cunho moral, ou seja, apresentam uma lição de vida.

Conforme o PNE, a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

O PNE estabelece, ainda, que a implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos. Ressalta também que esta ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual

e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância, do qual também fazem parte as crianças de sete e oito anos.

O art. 23 da LDB incentiva a criatividade e insiste na flexibilidade da organização da educação básica, portanto, do Ensino Fundamental:

“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

A referida lei, no art. 32, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A nova política pública para o Ensino Fundamental entendida como um direito busca reparar uma histórica de injustiça, pois representa uma oportunidade concreta de aumentar o número de crianças dos setores populares na escola fundamental, uma vez que a maioria das crianças de classes média e alta já está incorporada ao sistema de ensino, seja na pré-escola, seja na primeira série do Ensino Fundamental.

O ensino fundamental de nove anos requer, em razão disso, um novo pensamento/paradigma, pois implica num novo olhar sobre os sujeitos. Implantar o ensino fundamental nove anos implicou na mudança da escola, adaptando currículos, e tempo de permanência da criança na escola, apresentando também a flexibilidade do currículo em atender a criança conforme a realidade em que a escola

está inserida, como é o caso da escola em análise que fica fora da sede do município; tendo por finalidade alfabetizar o filho do agricultor, diante da globalização não há mais separação entre cidade e campo, entretanto a criança tem de compreender os valores da terra e os problemas ligados a sua comunidade.

Durante o meu período de observação e intervenção não só usamos a globalização como também exploramos os costumes e a cultura do nosso povo, nas series mais adiantadas estudamos os falares regionais através de discurso que continham personagens sertanejas, estudamos também músicas ligadas a problemática do nosso povo, como as músicas do compositor nordestino Luiz Gonzaga, nos estudos foi explorado uma verdadeira interdisciplinaridade: história, geografia, língua portuguesa e matemática.

Os atores sociais estudantes e professores passam a ocupar a centralidade da proposta, sendo reconhecidos como sujeitos de direito, situados e datados culturalmente. Ao mesmo tempo em que pertencem a uma cultura, é preciso considerar a singularidade de cada um. Em outras palavras, a ampliação do ensino fundamental para nove anos requer novas diretrizes curriculares.

Conforme documento divulgado pelo MEC (2004) (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>). Na ampliação do Ensino Fundamental, surgem algumas questões para os professores, os gestores, os técnicos e os pais. A primeira questão relevante se refere à própria criança de seis anos, chamada ao Ensino Fundamental. O ser humano constitui um tempo de vida que se encontra em permanente construção social. Assim, também e, mais ainda, a criança. Ao longo dos tempos e em cada momento histórico, as concepções sobre a infância vêm se modificando.

Além disso, a diversidade e a pluralidade cultural presentes nas várias regiões brasileiras determinadas pelas diferentes etnias, raças, crenças e classes sociais, bem como as lutas sociais pelas conquistas dos direitos, também contribuem para a transformação dessas concepções.

A idade cronológica não é, essencialmente, o aspecto definidor da maneira de ser da criança e de sua entrada no Ensino Fundamental. Com base em pesquisas e experiências práticas, construiu-se uma representação envolvendo algumas das características das crianças de seis anos que as distinguem das de outras faixas etárias, sobretudo pela imaginação, a curiosidade, o movimento e o

desejo de aprender aliados à sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

Nessa faixa etária a criança já apresenta grandes possibilidades de simbolizar e compreender o mundo, estruturando seu pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens. Esse desenvolvimento possibilita a elas participar de jogos que envolvem regras e se apropriar de conhecimentos, valores e práticas sociais construídos na cultura. Nessa fase, vivem um momento crucial de suas vidas no que se refere à construção de sua autonomia e de sua identidade.

Estabelecem também laços sociais e afetivos e constroem seus conhecimentos na interação com outras crianças da mesma faixa etária, bem como com adultos com os quais se relacionam. Além disso, fazem uso pleno de suas possibilidades de representar o mundo, construindo, a partir de uma lógica própria, explicações mágicas para compreendê-lo.

CAPITULO II – UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

2.1 O papel do educador no processo de Alfabetização

O Professor desempenha um papel fundamental do educador neste processo, mediando a construção de conhecimento sobre a leitura e escrita por parte do aluno. Neste caminhar, é necessário que o professor tenha clareza dos aspectos mais relevantes, principalmente no que diz respeito a atribuir um significado para a escrita, para poder auxiliar seus alunos em busca de uma alfabetização significativa.

O educador precisa entender e saber atuar nessas fases, exercitando com atividades desafiadoras possibilitando ao educando a desestruturar a sua imaginação. Saber do nível em que se encontra os educandos é importante no período de alfabetização, assim os professores poderão organizar e planejar as atividades que elevem o desenvolvimento do aluno percebe-se isso nas palavras de Cocco, Hailler, 1996:

Quando o professor conhece as concepções que a criança desenvolve a respeito da língua escrita pode tornar-se um mediador, propondo atividades e questionários que levam a criança a desestruturar seu pensamento isto linguística duvidar de suas ideias, colocares em conflitos suas certezas sobre os símbolos escritos e, comparando e refletindo, elaborar uma nova hipótese. (COCCO, HAILLER, 1996, p.)

Vale apenas acrescentar que a relação arbitrária existente na escrita é uma fase de difícil superação pois até adultos, às vezes, deparam-se com dúvidas com relação a grafia de determinada palavra, precisando recorrer ao dicionário para sanar sua dúvida. Com relação a isso, Lemle afirma que:

[...] o professor não deve dar muita importância a erros de escrita dessa espécie. Gradativamente com a prática da leitura e da escrita, tais er diminuição. A preocupação com a ortografia não deve crescer a ponto de inibir a expressão escrita da criança. (LEMLE, 2001, p. 34)

Desta forma, percebe-se que a escola deve ter uma grande preocupação em ajudar o professor em sua prática, fornecendo subsídios para enriquecer ainda mais seu trabalho em sala de aula.

2.2 A importância do ato de ler no desenvolvimento da criança

É necessário que a criança aprenda a ler, e essa formação tem como finalidade aproximar cada vez mais as crianças dos livros, dando-lhes oportunidades e ampliando a capacidade de expressão onde poderá manifestar sensibilidades e opiniões, desenvolvendo a capacidade de ser crítica, reflexivo sobre o que leem, mostrando os pontos de vista, principalmente quando encontram-se envolvidos a temas que geram polêmica, expressando anseios e preocupações da população, ou seja, da comunidade a qual se encontram inseridos.

Atualmente as crianças têm muitos estímulos, o que vem provocando isso é a internet, TV, DVD, etc., dificultando o estímulo pela leitura. Temos que estimular o gosto pela leitura, mostrando que o livro é um dos grandes mobilizadores, o que vem provocando e despertar as emoções, deixando se levar pelas palavras, embalando-se no mundo da imaginação. Para isso, o professor terá de ser um verdadeiro estimulador, fazendo vivenciar o mundo, criando e refletindo.

É de suma importância que o professor use a própria imagem do livro para que a criança visualize e amplie a sua criatividade de expressão. Os livros contribuem muito atraindo o interesse do aluno na hora da narrativa, usando músicas, entonação na voz, nas fábulas, e em outros tipos de textos. A criança gosta muito de livros com textos curtos, com ilustrações variadas, letras maiores para que visualize melhor. Nesse momento, o professor deve desenvolver a capacidade de apreciação da criança, despertando-a a descobrir o prazer de ler.

É o momento em que as escolas devem fazer com que as bibliotecas (bibliotecárias) desempenham o seu papel, o qual é muito importante, pois despertam os interesses das crianças pela leitura. É valiosa a criatividade que o educador tem com o cantinho de leitura na sala de aula propiciando assim momentos de troca com os colegas sobre o que leu, com as mesmas sensações despertadas ao contar um fato ocorrido, fatos do seu dia-a-dia.

É de responsabilidade dos educadores fazer com o educando tenha nas dimensões de sua vivência, livros de boa qualidade e leitores assíduos, os pais que leem constantemente ajudam a despertar o gosto pela leitura na vida da criança. Os desafios despertam o interesse da criança mostrando que o desenvolvimento da criança também se refere ao ato de ler e que o mesmo é muito importante, na construção de um cidadão leitor.

O professor que preocupa com a aprendizagem do aluno, deve sempre ter em mente de que o aluno não deve ser educado somente para aprender, mas também crescer e completar sua maturação equilibrada. A escola é uma instituição que deve ensinar a criança a ler e a escrever, pois são dois meios básicos para desenvolver a capacidade de aprender, constituindo competências no que se refere à formação do educando.

O desejo maior é que o estudante inserido no processo de alfabetização possa constituir-se como leitor e produtor de textos, produzindo a escrita comunicando de forma adequada, possibilitando a participação ao mundo, através da expressão.

É importante observar a ideologia de Paulo Freire, segundo Simões:

Paulo Freire não queria somente ensinar a ler e a escrever e nem muito menos, tornar o analfabeto uma pessoa só capaz de ler o nome dos candidatos nas campanhas eleitorais, isto é, fazer o analfabeto alfabetizado para poder dar o seu voto aos candidatos interessados ou “interesseiros” neste voto. Paulo Freire tinha, como objetivo no seu processo alfabetizador, educar as massas para a sua participação consciente e crítica na realidade política do país, sem serem vítimas de explorações opressivas e enganadoras dos retentores do poder. (SIMÕES, 1979, p. 12)

Observa-se que Paulo Freire mostra claramente que o objetivo dele não somente que o aluno fosse alfabetizado para ler sem entender e compreender. Ele preocupa em formar cidadãos conscientes de suas capacidades, com senso crítico, capazes de transformação da realidade livremente, dessa forma, o aprender aqui só acontece na medida em que o aluno participe criticamente e livremente.

2.3 A criança e o processo de alfabetização

A criança é um ser em evolução e necessita que seja conduzida por caminhos certos, os quais a levará a um completo desenvolvimento do seu eu. Nesse aspecto, Jersild destaca que “[...] não podemos ler a mente de uma criança, mas podemos progredir bastante no julgamento da natureza das suas aspirações, pensamentos e sentimentos, em comparação os nossos”. (JERSILD, 1977, p. 14)

A criança durante o período de alfabetização passa por um período de transição que se verifica na mudança de comportamentos, sentimentos, emoções. Que são traduzidas pelos seus pensamentos, linguagens e ações.

De acordo com Piaget, o período citado acima é chamado período escolar, porque a criança está começando no mundo das letras, se introduzindo nas dimensões da cultura humana. Preocupado com a organização do pensamento e a construção real, Piaget diz que “esta etapa marca a entrada, o ingresso no pensamento operatório concreto, propiciando a conservação, inclusão de classes seriação?

Coutinho (1978), afirma:

Nesta fase, há organização e consolidação geral das atividades adquiridas na primeira infância. As funções sensorial-motoras serão especializadas até chegar a um nível ótimo de eficiência: a linguagem crescerá, tanto em números de palavras usada como em complexidade de ideias e conceitos empregados. (COUTINHO, 1978, p. 101)

Citação de Coutinho mostra que, a criança em fase escolar estará com a personalidade adquirindo novos valores e ampliando seu círculo social. O sentir e o querer são imprescindíveis para que a educação envolva a criança em seu todo. O sentimento está ligado a linguagem, pois a fala está primeiramente ancorada no sentir, onde a criança necessita entender o processo de construção do que é aprendido por meio da vivência com experiências próximas e reais, num trabalho realizado mediante o sentir, querer e pensar. Portanto, ao ensinar a escrever deve-se começar pelo desenho das formas (arte), dos caracteres com seu elemento fonético, a ponto da criança ser sensibilizada pelas diferenças entre as formas.

É fundamental que os ambientes educativos, tenham elementos alfabetizadores orais e escritos, que despertem e auxiliem através do brincar o gosto de aprender a ler e escrever. Os alunos precisam adentrar nesse ambiente alfabetizador, porque eles estão inseridos num mundo letrado, de alfabetização significativa e precisam perceber esse mundo dentro do contexto escolar.

2.4. A alfabetização numa visão construtivista

Deve se ensinar a criança a ler, colocando-a em situação de leitura, deixando-a descobrir por si mesma o funcionamento da escrita, que, nesse caso não será uma condição para ler, mas uma consequência da leitura. Quando escuta uma história (lida), a criança percebe que há uma correspondência entre a fala e a

escrita. Dentro dessa concepção, a aprendizagem da leitura é contínuo e permanente, pois se inicia muito cedo e prossegue por toda a vida.

O professor deve conhecer as concepções que a criança tem a respeito da língua escrita, para que então possa tornar-se o mediador, proporcionando com que a criança questione e desenvolva atividades que crie dúvida nas ideias, suas certezas sobre os símbolos escritos, para comparar, refletir e elaborar novas hipóteses linguísticas.

Emília Ferreiro (1987), em suas pesquisas, tinha o objetivo de compreender o desenvolvimento da leitura e da escrita do ponto de vista dos processos de apropriação de um objeto socialmente constituído. Ela considera a criança, que aprende, como um sujeito ativo que interage de modo produtivo com a alfabetização. Do ponto de vista de Ferreiro, um dos primeiros problemas enfrentados pela criança, para desvendar a escrita, é compreender o que as marcas sobre o papel representam e como se realiza esta representação.

De nada adianta ensinar a criança a traçar letras, apurar o traçado, usar o papel, se não forem oferecidas a ela situação onde a escrita como sistema de representação possa ser objeto do pensamento infantil. É interessante a criança aprender a ler e escrever, assim interpretará e compreenderá o texto lido, aumentando a capacidade de ser crítica, participativa e criativa.

Crianças que faltam incentivo, motivação e não tem assistência em casa, pois devido a dificuldade, é necessário a ajuda em casa e mesmo da escola em horário extra. Encontra mais dificuldade aquela criança em que os pais deixam a responsabilidade só por conta dos educadores. A família, mesmo ciente das dificuldades que a criança apresenta, muitas vezes, fica omissa, não contribuindo com os professores, com a escola, uma vez que deveria ser um trabalho integrado família e escola, superando as dificuldades.

CAPÍTULO III - ALFABETIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A alfabetização é o processo em que o aluno se apropria do ensino e da aprendizagem. A escola é o principal espaço para a busca do conhecimento, em que ocorre à intervenção pedagógica, e a função do professor é ser um mediador do conhecimento. Com seu auxílio, precisa acontecer a aprendizagem significativa dos alunos. No entanto, sabemos que não é apenas na escola que o aluno aprende. O processo de alfabetização depende, também, do ambiente familiar no qual o aluno está inserido, pois, mesmo antes de iniciar sua vida escolar já possui conhecimento de leitura do mundo por meio de jornais, revistas, livros, mídia, internet e até mesmo nas ruas (panfletos, placas de sinalização, entre outros), ou seja, os símbolos e as letras que a criança vê podem não ter significado, mas, ao chegar à escola, o contato com a linguagem escrita possibilita a ela compreensão sobre o significado das palavras, isso decorre por intermédio das práticas de alfabetização que estimulam a leitura e a escrita.

3.1 Processo de Alfabetização

Alfabetizar é possibilitar que o aluno tenha conhecimento não só das letras, mas, sobretudo, do significado, a fim de compreender o que está escrito, pois, mediante aquisição e produção de conhecimento, são obtidas outras formas de linguagem. É importante proporcionar ao aluno contato com diversos tipos de leitura, seja ela de qualquer texto e gravuras, fazendo com que desperte sua imaginação e criatividade.

Portanto, o processo de alfabetização só ocorrerá quando o aluno souber ler, escrever, interpretar e elaborar produções de texto simples ou complexo, com eficiência e qualidade. Esse processo tem seu início na alfabetização e estende-se por toda a vida, pois a alfabetização não se esgota na aprendizagem da escrita, leitura, matemática, abrange todas as linguagens, por isso que o papel do professor alfabetizador é de extrema importância. A realização da alfabetização, em sentido amplo, depende da postura do professor, de sua atitude em relação aos alunos nas mais diversas situações.

É de suma importância o professor ampliar seus conhecimentos e mediar os alunos, de modo que estes exponham suas preferências, dificuldades ortográficas,

interpretem e produzam textos compreensíveis, tornando-se sujeitos ativos, autônomos e participantes no mundo e no contexto social no qual estão inseridos.

O professor tem de refletir sobre sua ação pedagógica e analisar como se processa o trabalho de alfabetização que é realizado na perspectiva do letramento. Conforme observam Castanheira, Maciel e Martins (2009, p. 16):

Acreditar que é possível alfabetizar letrando é um aspecto a ser refletido, pois não basta compreender a alfabetização apenas como a aquisição de uma tecnologia. O ato de ensinar a ler e escrever, mais do que possibilitar o simples domínio de uma tecnologia, cria condições para a inserção do sujeito em práticas sociais de consumo e produção de conhecimento e em diferentes instâncias sociais e políticas.

3.2 O papel do professor no Processo de Alfabetização

No decorrer do ano letivo, o professor indaga-se, reflete, discute consigo mesmo e depara-se com os desafios de trabalhar com a alfabetização, na grande diversidade da sala de aula; isso significa ensinar diferente a ler e escrever para alunos diferentes. Refletir sobre as ações pedagógicas no espaço da alfabetização é perceber em que medidas se articulam e se entrelaçam as dimensões sociais, culturais e individuais, pois o conhecimento evolui e se transforma de acordo com o movimento histórico de cada sociedade. Desse modo, também a alfabetização e o letramento se desenvolvem de acordo com a dinâmica das relações existentes na sala de aula, vinculados à vida dos alunos.

Tendo em vista que as entrevistadas trabalham em escolas de periferia (bairro), cujos alunos pertencem à estrutura de „família” diversificada, muitos deles são filhos de analfabetos ou semianalfabetos. Assim, é possível observar as implicações existentes e que norteiam os grandes desafios enfrentados pelas professoras.

Para Vigotski (2003, p. 75):

Na base do processo educativo deve estar a atividade pessoal do aluno, e toda a arte do educador deve se restringir a orientar e regular essa atividade. No processo de educação, o professor deve ser como os trilhos pelos quais avançam livre e independentemente os vagões, recebendo deles apenas a direção do próprio movimento.

Na fase de alfabetização, a criança necessita de apoio, auxílio e orientação de um adulto para aprender. Percebe-se então, a necessidade de o professor

conhecer a realidade social e cultural do aluno, a fim de contribuir para a alfabetização significativa para que o aluno compreenda a importância de saber ler e escrever em nossa sociedade. Portanto, no processo de alfabetização, as interações entre professores, família e alunos fazem a diferença.

A mediação das ideias e experiências com o outro pela palavra, pela autonomia de vez e voz, traz a perspectiva de um trabalho diferenciado e repercute em ações que contribuem significativamente no desenvolvimento da leitura e da escrita.

Durante nossas vivências enquanto professoras do Ensino Fundamental observamos que, de maneira geral, os alunos apresentam dificuldades na leitura e escrita, uns com mais intensidade do que outros, e as razões são as mais diversas possíveis.

Diante disso, consideramos relevante identificar como se desenvolvem os processos do ensino e da aprendizagem na alfabetização, na concepção das professoras alfabetizadoras.

É verdade que as condições de vida da grande maioria das crianças das classes populares são muito precárias, e a transformação dessa situação é urgente. É certo que a escola não tem o poder de mudar essa situação. Mas, por outro lado, não é possível continuar apenas reclamando das crianças. Será que não conseguimos encontrar novas maneiras de trabalhar com essas crianças que aí estão? [...] Encontro muitas dificuldades ao procurar agir dessa forma, mas acontece que estou cansada de apenas acusar as crianças e suas famílias, pelos problemas que tem na escola.

Em razão dessa situação, o professor precisa conhecer a realidade vivenciada pelo aluno e, com base nisso, o Projeto Político Pedagógico da escola contemplar tais necessidades. Para tanto, é necessário um trabalho coletivo na escola, incluindo políticas públicas de formação continuada tanto aos professores quanto aos familiares, assessoria pedagógica e psicológica aos professores, alunos e familiares, uma vez que somos conhecedores que o emocional e o intelectual são indissociáveis.

Diante disso, podemos verificar que as ações pedagógicas precisam contemplar as necessidades dos alunos, e, no caso da criança que não tem auxílio dos pais, é a que mais precisa da escola para se alfabetizar. Segundo Vigotski (2003, p. 105), “a criança reproduz e assimila ativamente o que observa nos adultos,

aprende as mesmas atitudes e desenvolve as habilidades mais primordiais para a sua atividade futura". Se, no grupo familiar, a criança não tem hábitos de leitura, o professor precisa criar estímulos que façam com que esse aluno aprenda a ler e a escrever, superando as dificuldades.

Por isso, é necessário que o PPP da escola contemple a orientação a ser oferecida aos pais. Caso contrário, fica apenas no discurso e queixas que vêm se arrastando há muitas décadas.

3.3 Letramento

Letrado é uma pessoa que ler e escreve utilizando-as em práticas sociais. A alfabetização refere-se a domínios das técnicas de leitura e escrita, pertencentes a instrução formal da escola, no qual destaca-se o processo de desenvolvimento individual. "Letramento por sua vez focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição da escrita", Tlouni (1995 p.9). Trata-se de um conjunto de conhecimentos de práticas sociais utilizando-se em um contexto social de forma individual e coletiva.

Vygotsky expressa esta distinção da seguinte maneira de um lado o ensino da escrita através de habilidades motora, do outro, como uma atividade cultural complexa.

A leitura e escrita devem ser algo de que a criança (também o jovem e adulto) necessite. Temos aqui, o mais vívido exemplo da contradição básica que aparece no ensino da escrita, não somente na escola de Montessori, mas também na maioria das outras escolas, ou seja, a escrita é ensinada como uma habilidade matara e não como uma atividade cultural complexa Vygotsky (1991.p.133).

O letramento não se prende ao "ato propriamente dito para obtenção da aquisição da leitura e escrita", ele vai muito além. "o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma definição." Soares (1998 p. 65-66).

O letramento abrange a dimensão individual e social de aquisição da escrita. Na perspectiva da dimensão individual Soares. (1998 p. 69-70). Coloca:

A escrita como uma tecnologia", é também um conjunto de habilidades lingüísticas e psicológicas, mas habilidades fundamentalmente diferentes daquelas exigidas pela leitura. Enquanto as habilidades de leitura estendem-se da habilidade de decodificar palavras escritas à capacidade de integrar informações provenientes de textos diferentes, as habilidades de escrita estendem-se da habilidade de registrar unidades de som até transmitir significado de forma adequada a um leitor potencial...Essas categorias não se põem, completam-se: a escrita é um processo de relacionar unidades de sons a símbolos escritos, e é também um processo de expressar idéias e organizar o pensamento em língua escrita.

Para a obtenção da escrita as atividades do aluno devem ser aplicadas em diferentes materiais escritos como assinatura do nome, elaboração de festas, redações etc. Ou seja, os gêneros da espécie devem ter significados e contextualização para com o discente.

De acordo com a dimensão social do letramento Soares (1998 p.72) faz a seguinte afirmação. "Ele não é um atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social. é um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social".

Letramento não pode ser considerado em "instrumento" neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores tradições e formas de distribuição de poder presentes em contextos sociais". Soares (1998 p.74-75)

Na educação escolar a aquisição da escrita mediante a visão sócia histórica, emerge a partir de textos orais e escritos provindos da realidade dos discentes proporcionando assim, diversos portadores da escrita o qual será o ponto de partida. Para iniciação da construção e reconstrução de suas habilidades.

Vygotsky faz a seguinte colocação.

O estudo isolado da palavra, coloca o processo no plano puramente verbal que não é característico do pensamento infantil. A relação entre conceito e a realidade continua inexplorada: aborda-se o significado de uma determinada palavra através de uma outra e o que quer que se descubra por meio dessa operação é antes um registro da formação na mente da criança, entre famílias de palavras previamente formadas, do que um quadro dos conceitos da criança (Vygotsky 1998, p.66)

Conseqüentemente o aluno expressa o que entendeu da mensagem dada em aula, fazendo-se necessário a escritura de um novo texto que seja oral ou escrito, o qual deve estar contido o novo conhecimento adquirido mediante a

problemática. Problematizamos estas comunicações pelos processos de decodificação, e de identificação, a fim de percebermos o seu significado e o seu sentido.

Nesta concepção o ensino deixa de ser dividido por séries, passando a utilização de ciclos, tendo como objetivo minimizar a exclusão e reprovação. A organização por ciclos de formação do ensino fundamental materializa esta construção. Este projeto reorganiza os tempos e espaços da escola as ações são planejadas e executadas coletivamente, cujo objetivo fundamental é a garantia do acesso do conhecimento para todos os alunos". (Azevedo 1998 p.136).

A mudança de seriado para ciclos é, uma tentativa de "superar a segmentação excessiva produzida pelo regime seriado e de busca princípios de ordenação que possibilitem maior integração do conhecimento de, maneira que os alunos possam progredir na aprendizagem, levando em consideração "os diferentes ritmos de aprendizagem" que estes apresentam, permitindo-lhes avançar continuamente na concretização das metas do ciclo. (PC N: introdução 59-61).

A divisão do ensino fundamental em ciclos não resolve automaticamente as causas da repetência, mas tenta minimizá-la, dando ênfase aos diferentes ritmos de aprendizagem; mediante a um processo contínuo. O processo de avaliação do ensino/aprendizagem na visão sócio histórico visa detectar problemas, diagnosticando a realidade do processo de construção de "acertos e erros" para o melhoramento e aproveitamento do processo educacional.

3.4 Métodos de alfabetização na Escola Municipal “Maria Isabel Araújo”

Nesta escola, mesmo sendo do campo e multiseriada a alfabetização não é feita de forma tradicional, constatei o uso de material diversificado, ligado a realidade do aluno para motiva-lo e despertar o interesse pela leitura. A professora trabalha com o nome de lugares próximo a residência do aluno, objetos e animais conhecidos por eles. Não segue rigorosamente a cartilha e cria suas próprias estratégias de leitura, com leitura de placas, nomes de escolas, cidades próximas de Mato Grosso etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente temos uma sociedade em que tudo está se processando rapidamente, principalmente na área da tecnologia e há necessidade de respeitar a leitura do mundo. A criança deve ser orientada não só no conhecimento escolar, cultural e social, mas sim, num processo contínuo que inicia-se na família, na superação dos obstáculos do dia-a-dia. Cabe ao professor transmitir os conhecimentos de maneira prazerosa, fazendo com que o aluno, a cada dia, seja estimulado a construir seus conhecimentos. A escola tem que estimular a criança, deixando que se expresse livre e criativamente, desenvolvendo seu espírito crítico e pensamento coerente.

Com a realização dessa pesquisa percebe-se que o professor deve estar constantemente repensando a prática pedagógica, pois ser professor é enfrentar os desafios com os quais se deparam a todo o momento nessa árdua profissão, que é educar.

Na realidade, há uma necessidade de lutar contra os problemas tais como: ensinar às crianças a ler, a escrever e a se expressar de maneira competente. Este é o grande desafio para os professores entenderem que a leitura pode ser uma fonte de informação e conhecimento. Observa-se que no processo de alfabetização todos os fatores precisam ter um reconhecimento significativo de interesse agradável dos educandos. Assim, o papel do educador é fundamental, pois é conhecedor do que os alunos precisam para terem uma alfabetização significativa.

REFERÊNCIAS

- COCCO, Maria Fernandes, HAILER, Marco Antônio. **Didática da alfabetização: decifrar o mundo. Alfabetização e socioconstrutivismo.** São Paulo. FTD, 1996.
- COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. **Psicologia da criança da fase pré-natal aos 12 anos.** 2. ed. Belo Horizonte: Inter livros, 1976.
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização e cultura escrita.** Revista Nova Escola n. 162, maio, 2003. Texto disponível na internet: <http://nova.escola.abril.com>, Ed/162, 2007.
- _____. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1987.
- FERREIRO E TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** Ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GANDRA, Fernanda Rodrigues Pinto. **Dia a dia do professor, EJA: educação para Jovens e Adultos /**Fernanda Rodrigues Pinto Gandra, Cristina do Valle Gomes Ribeiro – Belo Horizonte: Editora FAPI, 2005.
- JERSILD, Arthur T. **Psicologia da criança.** Trad. Marta Botelho Ede e Neild R, da Silva. 2. Ed. Belo Horizonte, Biblioteca de estudos sociais e Pedagógicos, 1977.
- LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador.** São Paulo: Ática, 2001.
- LIMA, Mirna. **Porta aberta, história,** 5º ano. 1 Ed. São Paulo: FTD, 2011.
- PIAGET, Jean. INHELDER, Barbel. **A psicologia da criança.** R. de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1980.
- _____. **Seus estudos sobre psicologia.** Trad. Dirceu Accioly, Rio de Janeiro, Forense, 1967.
- SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização.** In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004. 287p.
- VALADARES, Solange. **Fofurinha: 3 e 4 anos: volume 1 /**Solange Valadares, Erika Valadares. 1. ed. Belo Horizonte: Editora: FAPI, 2010.